

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8000903-59.2022.8.05.0050 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: GUILHERME MAMEDE SANTOS e outros Advogado (s): DANIELLE RIBEIRO GOMES APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Procuradora de Justiça: MARILENE PEREIRA MOTA ACORDÃO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO DEFENSIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, INCISO VI, AMBOS DA LEI N.º 11.343/2006. RECORRENTE GUILHERME MAMEDE SANTOS CONDENADO À PENA DE 05 (CINCO) ANOS E 10 (DEZ) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, E 583 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS) DIAS E A RECORRENTE IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO CONDENADA A 3 (TRÊS) ANOS, 10 (DEZ) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, SENDO SUBSTITUÍDA POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, E AO PAGAMENTO DE 389 (TREZENTOS E OITENTA E NOVE) DIAS-MULTA. PLEITOS RECURSAIS: 1. CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DISPENSA DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DA MULTA PENAL. NÃO CONHECIMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAS. 2. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE COMPROVADA POR AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO, AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E LAUDOS PERICIAIS. AUTORIA DEMONSTRADA PELOS DEPOIMENTOS JUDICIAIS DOS POLICIAIS QUE REALIZARAM A DILIGÊNCIA QUE RESULTOU NA APREENSÃO DAS DROGAS MANTIDAS EM DEPÓSITO PELO ACUSADO NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA DA RECORRENTE, FIRMES E HARMÔNICOS ENTRE SI, CORROBORADOS POR OUTRAS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS, DIFERENTEMENTE DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELOS RECORRENTES, DEMONSTRANDO CONTRADIÇÃO. ACERVO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA SUSTENTAR A CONDENÇÃO. 3. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA. NÃO PROVIMENTO. A PENA DE MULTA CONSTITUI PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL INCRIMINADOR, IMPOSTO PELO LEGISLADOR, NÃO HAVENDO PREVISÃO LEGAL QUE PERMITA A ISENÇÃO DO SEU CUMPRIMENTO DIANTE DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RÉU. PRECEDENTES DO STJ. 4. APELAÇÕES PARCIALMENTE CONHECIDAS E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, JULGADAS NÃO PROVIDAS. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Crime de nº. 8000903-59.2022.8.05.0050, oriundos da Vara Criminal da Comarca de Caravelas/BA, que tem como Apelantes GUILHERME MAMEDE SANTOS e IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO e como Apelado o Ministério Público da Bahia. ACORDAM os desembargadores integrantes da Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE dos apelos e, na parte conhecida, JULGAR NÃO PROVIDOS, de acordo com o voto da Relatora, nos seguintes termos: Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 6 de Agosto de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8000903-59.2022.8.05.0050 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: GUILHERME MAMEDE SANTOS e outros Advogado (s): DANIELLE RIBEIRO GOMES APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Procuradora de Justiça: MARILENE PEREIRA MOTA RELATÓRIO Tratam os autos de recursos de Apelação Criminal interpostos por GUILHERME MAMEDE SANTOS e IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO, por intermédio de advogada, em face da sentença de ID 64699461 prolatada pelo MM Juízo da Vara Criminal da Comarca de Caravelas/BA, condenando-os pela prática do delito previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, inciso VI, ambos da Lei 11.343/2006, impondo a pena privativa de liberdade a Guilherme Mamede Santos em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, no valor

unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e para Ivaneide dias da Conceição foi fixada a pena definitiva de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime aberto, sendo substituída por duas penas restritivas de direitos a serem definidas pelo Juízo da Execução, e ao pagamento de 389 (trezentos e oitenta e nove) dias-multa. Em atenção aos princípios da celeridade, da efetividade e da economia processual, e considerando que na sentença está consignado o necessário para historiar a realidade processual até então desenvolvida, adoto o relatório do referido decisor, a ele acrescentando o registro dos eventos subsequentes, conforme a seguir disposto. Inconformados com a condenação, os Sentenciados Guilherme Mamede Santos e Ivaneide Dias da Conceição interpuseram Recursos de Apelação acostados ao ID64699466 e ID64699494, respectivamente, pugnando em sede de razões recursais pela: concessão da assistência judiciária gratuita para dispensar o pagamento das custas processuais e, em caso de condenação, pela isenção do pagamento da pena de multa, tendo em vista a hipossuficiência econômica dos réus e, quanto ao mérito, requereu a absolvição dos apelantes por insuficiência de provas, invocando o princípio do in dubio pro reo. Em contrarrazões recursais, o Parquet rebateu as alegações defensivas e requereu a manutenção da sentença condenatória, em todos os seus termos, ID 64699502. Encaminhado os autos à Procuradoria de Justiça, juntou-se o parecer pelo conhecimento e não provimento do recurso, conforme ID 65447207. Vindo-me os autos conclusos, neles lancei o presente relatório, o qual submeti à censura do eminente Desembargador Revisor, que solicitou inclusão do feito em pauta de julgamento. É o Relatório Salvador/BA, (data da assinatura eletrônica) Des. Soraya Moradillo Pinto – 1ª Câmara Crime 2ª Turma Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8000903-59.2022.8.05.0050 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: GUILHERME MAMEDE SANTOS e outros Advogado (s): DANIELLE RIBEIRO GOMES APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Procuradora de Justiça: MARILENE PEREIRA MOTA VOTO Realizado o juízo de admissibilidade do recurso, conheço parcialmente da Apelação, tendo em vista que a apreciação do pleito de concessão da justiça gratuita para a dispensa das custas processuais incumbe ao Juízo das Execuções Penais. A gratuidade de justiça, justiça gratuita ou gratuidade judiciária encontra previsão legal no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, referindo-se à dispensa das despesas processuais e extraprocessuais, desde que estas últimas sejam imprescindíveis ao regular andamento do processo. Concedido o benefício da justiça gratuita, fica dispensado o adiantamento das despesas processuais exigidas para a tramitação do processo judicial, sendo imperioso o requerimento da parte ao juízo perante o qual tramita o processo, a fim de obter o seu deferimento. A gratuidade de justiça prevista no art. 98 do Código de Processo Civil possui natureza tributária e processual, de conduta negativa por parte do Estado que, verificada a hipossuficiência financeira da parte em arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, concede a gratuidade. Embora seja direito da parte a concessão do benefício, o § 3º do referido artigo estabelece que: § 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de

gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. O Superior Tribunal de Justiça admite que é o Juízo das Execuções Penais o competente para a análise da hipossuficiência e eventual suspensão das custas, firmando, inclusive, os seguintes entendimentos na edição nº. 148 da Jurisprudência em Teses: “3) Em se tratando de ação penal pública, compete ao Juízo da Execução Penal a análise do estado de miserabilidade jurídica do condenado, visando à concessão do benefício de gratuidade da justiça. 4) A concessão do benefício de gratuidade da justiça não exclui a possibilidade de condenação do acusado ao pagamento de custas processuais, mas tão somente a suspensão de sua exigibilidade pelo prazo de cinco anos (art. 804 do Código de Processo Penal – CPP). Deste modo, considerando a competência da Vara de Execuções Penais para a análise do pleito, fica parcialmente conhecida a apelação interposta. Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passa-se ao enfrentamento meritório que almeja a absolvição dos apelantes por insuficiência de provas, na forma do art. 386, inciso VII do CPP. a. Da absolvição por insuficiência de provas: Aduz a defesa dos apelantes que a instrução processual não logrou comprovar a autoria e materialidade delitiva do crime de tráfico de drogas, sendo o caso, portanto, de se proceder à absolvição dos réus, aplicando ao caso concreto o princípio do in dubio pro reo. Consta dos autos, no dia 08/09/2022, uma equipe de investigação da Polícia Civil obteve informações de que na referida data o recorrente GUILHERME MAMAEDE SANTOS teria recebido um carregamento de drogas no distrito de Ponta de Areia, o qual seria entregue à pessoa de Uilson Alexandre. Munidos da informação, os policiais se dirigiram à localidade em carro descaracterizando e passaram a realizar campana no local, oportunidade em que presenciaram uma mulher sair da casa indicada com uma mochila volumosa nas costas, razão pela qual questionaram o conteúdo trazido na mochila. Informaram os policiais que, ao ser questionada, Maiara Nascimento Amaral, à época dos fatos com 17 (dezessete) anos de idade, apresentou nervosismo e acabou revelando que trazia consigo três tablets de maconha a mando de seu namorado GUILHERME MAMAEDE SANTOS, os quais deveriam ser entregues a “Uilson”. A denúncia narra que: “(...) Ato contínuo, em companhia da citada adolescente a equipe se dirigiu a outra residência em que Maiara estaria morando com o terceiro denunciado GUILHERME MAMAEDE SANTOS, quando chegou ao local, deparou-se com a quarta denunciada IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO, que informou ser a moradora do imóvel e que sua amiga Maiara estaria passando alguns dias juntamente com seu namorado Guilherme no local. Diante das fundadas suspeitas, a equipe empreendeu buscas no interior do imóvel, encontrando 05 (cinco) porções de substância conhecida como “CRACK”, em um dos quartos, e em continuidade encontrou no telhado do imóvel, 01 (um) tablete e vários pedaços menores de maconha, bem como uma balança de precisão – momento em que foi feita a apreensão adolescente e a prisão em flagrante da quarta denunciada IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO.” O Ministério Público ofereceu denúncia em face dos recorrentes e de Danilo Barbosa Conceição, Douglas Lopes Pereira e Uilson Alexandre Jesus Farias Filho, imputando a todos os crimes previstos no art. 33 c/c art. 35 c/c art. 40, inciso VI da Lei nº. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal. Ao proferir o édito penal, a magistranda sentenciante absolveu Danilo Barbosa Conceição, Douglas Lopes Pereira e Uilson Alexandre Jesus Farias Filho por insuficiência de prova judicial, condenando os recorrentes pelo tráfico de drogas. Segundo se observa da ação penal de origem, a materialidade restou comprovada por meio do Auto de Exibição e Apreensão (ID 64695002), Auto de

Prisão em Flagrante (ID 64695002), Relatório de Investigação Criminal (ID 64695002), Laudo Pericial das drogas (ID 64699224 e 64699225), além da prova oral, a qual passa-se ao exame. A adolescente à época dos fatos, Maiara Nascimento Amaral, ouvida na fase investigativa narrou que: “(...) PERGUNTADO A INTERROGADA A QUANTOS DIAS ESTAVA RESIDINDO NA CASA ONDE FOI ENCONTRADA A DROGA? RESPONDEU: QUE estava residindo há duas semanas. PERGUNTADO QUEM MAIS RESIDIA NA CASA? RESPONDEU: QUE na casa residia a interrogada, seus dois filhos, seu amigo GUILHERME e na última Semana a sua namorada que se chama Maiara. PERGUNTADO QUEM ERA A PESSOA RESPONSÁVEL PELA CASA EM RELAÇÃO ALUGUEL E SUAS DESPESAS? RESPONDEU: QUE era seu amigo Guilherme. PERGUNTADO QUAL A PROFISSÃO DE GUILHERME? RESPONDEU: QUE não sabe informar se Guilherme tem profissão definida. PERGUNTADO A INTERROGADA PORQUE MOTIVO O SEU QUARTO TINHA UM CHEIRO FORTE DA DROGA CONHECIDA COMO MACONHA? RESPONDEU: QUE não tem o que dizer sobre isso. PERGUNTADO SE TINHA CONHECIMENTO DE QUE ESTAVA SENDO GUARDADO DROGAS EM SEU QUARTO? RESPONDEU: QUE não. PERGUNTADO SE SABIA QUE GUILHERME ERA TRAFICANTE? RESPONDEU: QUE nunca ouviu dizer. PERGUNTADO A INTERROGADA SOBRE UMA QUANTIDADE DA DROGA CONHECIDA COMO CRACK QUE FOI ENCONTRADA EM SEU QUARTO? RESPONDEU: QUE não sabia que tinha droga guardada em seu quarto. PERGUNTADO A INTERROGADA SOBRE UMA DROGA CONHECIDA COMO MACONHA E UMA BALANÇA DE PRECISÃO QUE FOI ENCONTRADA NO TELHADO DA ÁREA DE SERVIÇO? RESPONDEU: QUE não sabia que tinha droga guardada naquele local. PERGUNTADO SE GUILHERME FAZ USO DE DROGAS? RESPONDEU: QUE vez por outra, Guilherme fumava maconha dentro de casa. PERGUNTADO SE A INTERROGADA FAZ USO DE DROGAS? RESPONDEU: QUE não. PERGUNTADO SE CONHECE O ELEMENTO QUE ATENDE PELO NOME DE UILSON? RESPONDEU: QUE sim e comentários dão conta de que o mesmo esta pelas bandas de Vitória/ES; QUE comentários dão conta de que Uilson mexe com drogas. PERGUNTADO SE JÁ FOI PRESA E PROCESSADA? RESPONDEU: QUE nunca foi presa e nem processada (...) “ Na fase judicial, os policiais envolvidos na diligência e o delegado de polícia prestaram depoimentos, passando-se, por fim, ao interrogatório dos réus que negaram a prática delitiva. IPC Luan Régio Pestana: “que havia investigação para apurar possível traficância no distrito de Ponta de Areia, Caravela apontado Douglas e Uilson como investigados; que chegou informação sobre uma entrega de drogas para o Guilherme e no endereço do citado Réu e que através dessa informação se dirigiram até o local para observar se haveria a citada entrega no imóvel ou alguma movimentação do réu Guilherme, até que determinado momento saiu da residência a namorada do réu Guilherme, que estava em posse de uma mochila e com atitude suspeita, sendo abordada logo em seguida, e verificaram que ela estava com tabletes de cocaína; que se dirigiram à residência de onde a adolescente saiu e lá encontraram a ré Ivaneide, ato contínuo, encontraram uma pequena porção de crack e em cima do telhado foi encontrado pelo investigador Francisco uma quantidade maior de cocaína e uma balança de precisão; que a namorada do réu Guilherme contou, no momento da abordagem, que a mochila seria entregue ao réu Uilson a mando de Guilherme; que obteve informações que os Réus haviam se unido para realizar a comercialização de droga e ainda, após esse fato, os três réus foram presos no Espírito Santo; que, em Ponta de Areia, o réu Douglas era a principal pessoa sendo o cabeça, depois o Uilson, o braço direito, e Guilherme havia se juntado a pouco tempo; que a Ivaneide estava na residência e relatou que residia ali há aproximadamente 2 meses e o crack encontrado foi no quarto da citada Ré. Ao ser questionado acerca da prisão do réu Douglas e uma possível busca a apreensão em diversos endereços, informou que tinha conhecimento do deferimento citada busca,

mas a prisão do réu Douglas ocorreu antes dela.” (Depoimento disponível no PJE Mídias) No mesmo sentido, a testemunha de acusação IPC Francisco Joassi Araújo e o delegado Marco Antônio De Oliveira Neves, declararam sob crivo do contraditório, em resumo: IPC Francisco Joassi Araújo: “que obteve informações de que teria chegado drogas no distrito de Ponte de Areia, e que estariam na posse de Guilherme; que foram até Ponta de Areia em um carro descaracterizado e ficaram observando o imóvel em que a droga foi entregue e, após um tempo, saiu do imóvel uma adolescente com uma mochila e com volume grande nas costas e abordam-na e perguntaram a ela sobre o que estava dentro da mochila e ela disse que se tratava de maconha e que estava levando a droga a mando de Guilherme para ser entregue a Uilson; que logo após a equipe se deslocou até a residência, onde encontraram a Ré Ivaneide sentada na calçada com os filhos e relataram a situação que a menor informou sobre a droga e que estaria residindo naquela casa, autorizados a entrar no imóvel, realizarem buscas e encontraram no quarto indicado pela ré Ivaneide que seria dela, próximo ao colchão, 5 porções de crack; que foi para os fundos do imóvel e tinha um muro pequeno, que ele subiu para olhar se alguém teria pulado e encontrou em cima do telhado 3 tabletes de maconha e uma balança de precisão; que, no que se refere a associação do tráfico, a polícia já estava realizando investigação sobre um grupo sob comando de Araketu, que tinha como gerente Douglas, Uilson sub-gerente e Guilherme, este último novo membro do grupo que trazia drogas do Espírito Santo e que essa organização angariava os adolescentes para tráfico; que um dos traficantes preso, por alcunha de Piico, informou que estava sendo ameaçado por Douglas porque havia perdido as munições e as drogas; que esse grupo estava cometendo diversas extorsões, homicídios; que não sabe informar qual a função de Ivaneide na estrutura da organização criminosa, só que a droga foi encontrada na sua residência. Ao ser questionado sobre a estrutura do imóvel, respondeu que havia 2 quartos um lugarzinho como uma lavanderia e disse que as buscas foram acompanhadas pela ré Ivaneide.” (Depoimento disponível no PJE Mídias) Delegado de Polícia Marco Antônio De Oliveira Neves: “que possuíam informações sobre o tráfico de drogas realizado na cidade de Caravelas, onde o Douglas era o comandante e Uilson recebia e distribuía entre os vendedores; que receberam uma ligação e foram informados sobre uma possível entregas de drogas em residência e que na citada residência residia uma senhora, a ré Ivaneide; que essa residência era alugada e servia, de forma disfarçada, como o ponto de drogas; que os agentes estavam investigando a procedência das informações, ao avistarem a adolescente que se apresentou como namorada do Guilherme saindo da casa e, por sua atitude suspeita, abordaram adolescente e encontraram 3 tabletes de maconha. Falou que então se dirigiram até a residência, oportunidade que procederam com a buscas; que na residência estava a senhora Ivaneide e que ela confessou que havia drogas no seu quarto, onde encontraram porção de crack e em cima da casa foi encontrado balança de precisão e mais tablete de maconha; que a adolescente, no momento em que foi abordada, disse que estava levando o que estava na a mochila mando do seu namorado para réu Uilson; que tiveram informações que os Réus fugiram do local, sendo localizados no Espírito Santo e que o Guilherme foi preso por já existir mandado de prisão contra ele; que as informações dão conta que o Douglinhas é comparsa de Araketu de Alcobaça, sendo este responsável pelo tráfico na cidade; que o Uilson era quem fazia a distribuição da droga e a participação do Guilherme era no armazenamento da droga e ainda não era dono de nenhuma área; que a Ré Ivaneide se mostrava como dona da casa que

era utilizada para armazenar a droga.” (Depoimento de disponível no PJE Mídias) Os recorrentes negaram os fatos: Guilherme Mamede Santos: “que reside em Cariacica (Espírito Santo) e que é jardineiro e que não confessa a prática dos crimes a ele imputados na denúncia; que conheceu Maiara mais ou menos duas semanas antes do dia dos fatos, tendo ficado com ela apenas duas vezes, mas não tendo nenhum relacionamento amoroso; que não pediu a Maiara para entregar droga ao Uilson, bem como não sabe dizer de quem era a droga; que trabalhava no frigorifico da Cidade de Caravelas. Ao ser questionado se conhecia Douglas e Uilson, respondeu que só os conhecia de vista e por ouvir falar. Disse ainda, que não se envolveu com venda de drogas; Que não há relação de parentesco com a ré a Ivaneide, mas a conhecia por ela ter sido companheira de uma prima e que apenas ficou por 2 dias na casa da ré Ivaneide por causa de Maiara, não sabendo informar onde a Maiara residia; que estava em Ponta de Areia há um mês e que descobriu por Maiara que a Polícia da Bahia estava a sua procura, que por já estar foragido do Espírito Santo, resolveu retornar a sua Cidade com um Uber que ele pediu onde já estavam os demais Réus, não sabendo que os outros réus estavam no uber” (Interrogatório do réu disponível no PJE Mídias) Ivaneide Dias da Conceição: “que o responsável pela casa era o Guilherme e que só estava na casa porque estava filetando camarão; que Guilherme e Maiara já estavam na casa quando esta passou a se hospedar ali; que as drogas foram encontradas dentro do quarto onde o casal dormia e no telhado; que a casa tinha dois quartos; que não notou nenhuma movimentação estranha que a fizesse suspeitar da realização do tráfico, apenas o cheiro estranho; que foi para esta casa porque era colega de Maiara e foi chamada por Guilherme para filetar camarão e ficou na casa por duas semanas; que não conhece nenhum dos demais réus, que sabia que conhecia Guilherme porque este era primo da sua ex-companheira. Negou qualquer participação e envolvimento com a droga apreendida; que no dia dos fatos havia chegado mais cedo do trabalho quando, por volta das 16h Maiara saiu de casa para levar “coisas”, logo após, Maiara voltou para a residência acompanhada de policiais que iniciaram as buscas; que as buscas foram feitas dentro da residência apenas na presença de Maiara. Reiterou que foi convidada por Guilherme para filetar camarão e, em razão da grande distância entre a sua residência e o frigorifico, resolveram que ela ficaria na casa de Guilherme; que conhecia Maiara por ser também residente de Caravelas e que Guilherme trabalhava recebendo camarão; que, após os fatos, soube o que os réus eram envolvidos com tráfico.” (Interrogatório da ré, disponível do PJE Mídias) Como se vê da prova oral, embora os réus tenham negado a autoria delitiva, a movimentação do comércio ilegal de drogas na casa onde o flagrante delito ocorreu já vinha sendo objeto de investigação da Polícia Civil, cujos investigadores receberam uma denúncia certa sobre a entrega de drogas e, a partir da realização de uma campana, lograram confirmar os fatos já noticiados à polícia. A versão apresentada pelas testemunhas de acusação encontra-se amparada em elementos sólidos documentais, além de linear e coesa entre si, não havendo que se falar em descrédito de suas afirmações, tampouco em insuficiência de provas. Com efeito, verifica-se que o conteúdo narrado pelas testemunhas acima referidas encontra no Relatório de Investigação Criminal de ID 64695002 esteio investigatório quanto a participação ativa de Guilherme Mamede Santos no tráfico de drogas, senão vejamos: “O nacional Guilherme Mamede Santos, alcunha "GUILHERME", estaria encarregado de transportar o material entorpecente (maconha e cocaína) da cidade de Alcobaça e São Mateus/ES para o distrito de Ponta de Areia, inclusive

existindo um mandado de prisão em aberto em seu desfavor, de nº 0004296-98.2021.8.08.0012.01.0003-06, expedido pela 4ª Vara Criminal de Cariacica/ES, estando o mesmo de posse de uma pistola. Sendo também um dos "homens de confiança" do gerente do tráfico "DG/DOUGLINHAS. (...) Com a finalidade precípua de desbaratar o tráfico de drogas no aludido distrito, as investigações continuaram e os investigadores, sob o comando do DPC Marco Antônio de Oliveira Neves, angariou informações de que no dia 08/09/2022, havia chegado drogas no distrito de Ponta de Areia, para um indivíduo conhecido por "GUILHERME", sendo este o mesmo Guilherme Mamede Santos, alcunha "GUILHERME" (ora pertencente ao grupo criminoso liderado por "ARAKETU/GAGO "e sob a GERÊNCIA de" DG/DOUGLINHAS ") e que tal droga estaria na casa de sua namorada MAIARA NASCIMENTO AMARAL (17 anos de idade) e que parte desta droga seria entregue a Uilson Alexandre Jesus Farias Filho, alcunha "UILSON. Nesse sentido, conforme O.C nº 00516158/2022, o Serviço de Investigação, dirigiu-se ao distrito de Ponta de Areia, em um carro descaracterizado para não levantar suspeitas quanto a presença policial, ficando desta feita a observar se alguém entregava drogas ou deixava o interior do imóvel em que o indivíduo conhecido por "GUILHERME" estaria ficando juntamente com sua namorada MAIARA. Que por volta das 16h00min, fora visualizado saindo da residência de "GUILHERME" a sua namorada de nome MAIARA NASCIMENTO AMARAL, portando em suas costas uma mochila aparentando um vasto volume, que ao ser abordada confirmou ser namorada de "GUILHERME" e ao ser perguntada o que havia no interior da mochila, a mesma ficou nervosa e começou a se tremer, demonstrando nervosismo, inclusive passando a gaguejar, respondendo que estaria transportando 3 (três) Tabletes de maconha a mando do seu namorado para entregar a um indivíduo conhecido por "UILSON". Em ato contínuo, em companhia da mesma, a equipe dirigiu-se a residência em que Maiara estaria morando com seu namorado "GUILHERME", chegando ao local, deparou-se com a senhora IVANEIDE DIAS DA CONCEIÇÃO, que informou ser a moradora do imóvel e que sua amiga Maiara estaria passando alguns dias juntamente com seu namorado "GUILHERME". Que ao realizar as buscas no interior do imóvel, encontrou 05 (cinco) porções de substância conhecida como "CRACK", em um dos quartos, e em continuidade encontrou no telhado do imóvel, 01 (um) tablete e vários pedaços menores de uma substância esverdeada aparentando ser maconha, e uma balança de precisão. Sendo portando encaminhadas para Unidade Policial de Caravelas, em que se instaurou o APF e AAFAI, e posteriormente encaminhadas a 8ª COORPIN de Teixeira de Freitas. (...) 4. Guilherme Mamede Santos, alcunha "GUILHERME": Integrante do grupo criminoso liderado pelo nacional DANILO BARBOSA CONCEIÇÃO, alcunha "ARAKETU/GAGO", ora gerenciado por "DG/DOUGLINHAS" e subgerenciado por UILSON ALEXANDRE JESUS FARIAS FILHO, alcunha "UILSON", estando o mesmo encarregado de transportar o material entorpecente (maconha e cocaína) da cidade de Alcobaça e São Mateus/ES para o distrito de Ponta de Areia, Caravela/BA. Inclusive existindo um mandado de prisão em aberto em seu desfavor, de nº 0004296 98.2021.8.08.0012.01.0003-06, expedido pela 4ª Vara Criminal de Cariacica/ES, estando ainda de posse de uma pistola. Sendo um dos proprietários da droga apreendida no distrito de Ponta de Areia, na posse da Adolescente MAIARA NASCIMENTO AMARAL (17 anos), conforme O.C nº 00516158/2022." Quanto à validade dos depoimentos dos policiais, cumpre destacar que a jurisprudência firmada no país e no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que as declarações dos policiais constituem prova idônea, mormente quando harmônicos entre si e corroboradas pelas demais provas produzidas nas duas fases de persecução

penal e inexistindo prova em contrário acerca da idoneidade dos depoimentos. Confira-se: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. CONTUNDENTE ACERVO PROBATÓRIO PARA LASTREAR A CONDENAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO E PROBATÓRIO NÃO CONDIZENTE COM A VIA ESTREITA DO MANDAMUS. ALEGADA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PER RELATIONEM. INEXISTÊNCIA. DEPOIMENTO POLICIAL. VALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A ação constitucional do habeas corpus, de cognição sumária e cognição célere, não é adequada para o revolvimento de fatos e provas, sendo certo que a sentença condenatória está embasada em prova judicialmente colhida. 2. Por outro lado, a sentença penal condenatória não se valeu de chamada fundamentação per relationem (utilização de todo o conteúdo de manifestação anterior de autoridade – Delegado de Polícia ou membro do Ministério Público – para fundamentar o decisor), o que afasta, de pronto, o apontado constrangimento ilegal. 3. Ademais, Esta Corte reconhece a validade dos depoimentos policiais em geral, tendo em vista ser pacífico na jurisprudência que suas palavras merecem a credibilidade e a fé pública inerentes ao depoimento de qualquer funcionário estatal no exercício de suas funções, caso ausentes indícios de que houvesse motivos pessoais para a incriminação injustificada da parte investigada. Precedentes. (AgRg no HC n. 737.535/RJ, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 4/3/2024, DJe de 8/3/2024.) 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC n. 911.442/R0, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 21/5/2024, DJe de 28/5/2024.) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ABORDAGEM POLICIAL. TESE DE ILEGALIDADE. JUSTA CAUSA EVIDENCIADA. FUNDADAS SUSPEITAS DE OCORRÊNCIA DE CRIME PERMANENTE. AFASTAMENTO INVIÁVEL. PALAVRA DOS POLICIAIS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. REVOLVIMENTO PROBATÓRIO NECESSÁRIO. VIA INADEQUADA. 1. Para que a busca e apreensão sem mandado judicial seja legítima, é necessária a presença de justa causa, caracterizada por elementos concretos que indiquem fundadas suspeitas da situação de flagrante delito. 2. A existência de monitoramento prévio por seu setor de inteligência, bem como o fato de o agente ter fugido de abordagem no dia anterior, são circunstâncias aptas a evidenciar a presunção da ocorrência de crime permanente, legitimando a medida invasiva. 3. A palavra da autoridade policial, dotada de fé pública, só pode ser afastada mediante elementos concretos, devidamente demonstrados por prova pré-constituída. 4. A ausência de prova documental que confirme as alegações do agravante torna imprópria a discussão da matéria em habeas corpus, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC n. 193.642/SC, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 10/6/2024, DJe de 20/6/2024.) APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR. NULIDADE DA PROVA. BUSCA DOMICILIAR. CRIME PERMANENTE. FUNDADAS RAZÕES. PRESENÇA. REJEIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. CONSUMO PESSOAL. ART. 28, § 2º DA LAD. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DOS POLICIAIS. FÉ PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DA APREENSÃO. ACERVO FIRME E SUFICIENTE. I – O crime de tráfico de drogas é permanente, cujo estado de flagrante se prolonga no tempo, motivo pelo qual mitiga a inviolabilidade de domicílio, autorizando a entrada policial a qualquer hora do dia ou da noite, sem necessidade de autorização ou mandado, tanto mais quando presentes fundadas razões para a diligência. II – Diante da notícia da prática de crime de natureza permanente pela irmã do réu, nota-se que o ingresso dos policiais na residência, a apreensão



efetuada, assim como, a prisão em flagrante, revestiram-se de legalidade, o que afasta a alegação de nulidade das provas por invasão de domicílio. III – Para configuração do tráfico de drogas, não se exige que o agente seja encontrado vendendo substâncias entorpecentes ou que usuário seja abordado, pois este delito é considerado de ação múltipla, ou seja, tipo misto variado ou de conteúdo variado. IV – Não há que se falar em desclassificação para o delito previsto no art. 28 da LAD quando os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, bem como as circunstâncias da apreensão, evidenciam a materialidade e autoria do crime de tráfico de drogas. V – Os depoimentos prestados por agentes do Estado, colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, possuem valor probatório suficiente para dar respaldo ao édito condenatório, revestidos que são de fé pública e presunção de legitimidade, somente afastadas por meio de firme contraprova. VI – A alegação de ser o réu usuário de drogas, por si só, não afasta a traficância, porquanto não raramente o comércio ilícito de drogas se torna ocupação econômica habitual, ao proporcionar o ganho pecuniário para a manutenção do vício. VII – Recurso conhecido. Preliminar rejeitada. No mérito, desprovido. (TJ-DF 07293874420238070001 1887269, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Data de Julgamento: 04/07/2024, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: 14/07/2024) APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. RECURSO DEFENSIVO. NULIDADE DAS PROVAS. BUSCA PESSOAL. JUSTA CAUSA E FUNDADA SUSPEITA. DEMONSTRAÇÃO. PRELIMINAR REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO. DEPOIMENTO POLICIAL. FORÇA PROBATÓRIA. HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO. AUSÊNCIA DE VENDA. IRRELEVÂNCIA. ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06. CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA. PORTE DE ENTORPECENTE (TRAZER CONSIGO). FINALIDADE DE DIFUSÃO ILÍCITA. DEMONSTRAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O PORTE DE ENTORPECENTE DESTINADO AO CONSUMO PESSOAL (ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006). INVIABILIDADE. ACERVO PROBATÓRIO. ELEMENTOS SUFICIENTES À COMPROVAÇÃO DO DELITO DE TRAFICÂNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. FIXAÇÃO DA REPRIMENDA NO MÍNIMO LEGAL. ADEQUAÇÃO. TRÁFICO PRIVILEGIADO. INAPLICABILIDADE DA BENESSE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Tratando-se de crimes de natureza permanente, como são o tráfico de entorpecentes e a posse ilegal de arma de fogo, a busca pessoal é legítima se amparada em fundadas razões, devidamente justificada pelas circunstâncias do caso concreto. 2. Evidenciado que busca pessoal realizada pelos policiais se fundou em indícios concretos de situação flagrancial, provenientes do próprio comportamento suspeito por parte do acusado e circunstância fática concreta eivada de anomalias, não há se falar em qualquer irregularidade na ação policial, pois resguardada pela justa causa apta a legitimá-la, mostrando-se lícita a prova produzida. Preliminar rejeitada. 3. Depoimentos prestados por agentes policiais que estavam fazendo patrulhamento de rotina na localidade quando se depararam com a situação delituosa, efetuando o flagrante e a apreensão do entorpecente, têm presunção de legitimidade e são dotados de fé pública, notadamente quando, uma vez colhidos sob o crivo do contraditório e ampla defesa, mostram-se harmônicos entre si e coerentes com o conjunto probatório colacionado aos autos, merecendo, portanto, credibilidade como elemento de convicção. 4. Tratando-se o tipo penal do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, de crime de ação múltipla, basta a comprovação de qualquer das condutas ali descritas para que haja tráfico ilícito de entorpecentes (?trazer consigo?), sendo irrelevante a inexistência concreta de venda. 5. Dada a dinâmica delituosa em que ocorridos os fatos e às circunstâncias materiais evidenciadas, retratadas no flagrante que se

ultimara e na apreensão de apetrechos que usualmente são empregados no fracionamento de substâncias ilícitas, associados aos depoimentos colhidos em Juízo e ao teor das mensagens extraídas do aparelho celular do acusado, restam por comprovadas a materialidade e a autoria da prática do Crime de Tráfico de Drogas. 6. Comprovadas a materialidade e a autoria da prática do Crime de Tráfico de Drogas, inviável o acolhimento do pedido de desclassificação para o delito de porte de entorpecente para uso pessoal, previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006. 7. A causa especial de diminuição da pena pelo tráfico privilegiado, conforme previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, exige que o apenado preencha, cumulativamente, todos os requisitos autorizadores para o usufruto da benesse, pressupondo que seja primário, possua bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa. 8. Se os elementos probatórios extraídos do celular do acusado demonstram o seu envolvimento habitual com atividades criminosas, conforme evidenciado pelo extenso histórico de conversas em aplicativo de mensagens constatado em Laudo Pericial, não pode se privilegiar com a aplicação da causa especial de diminuição da pena, pois a mens legis foi a de beneficiar aqueles que, por algum desvio, ingressaram pela primeira vez na seara criminosa. 9. Apresentando-se escorреitos os critérios legais que nortearam a dosimetria da pena no mínimo legal, não merece qualquer reparo a r. sentença, devendo ser mantida a fixação do regime semiaberto para início do cumprimento da reprimenda se ausentes as condições necessárias para a imposição do regime mais brando. 10. Apelação criminal conhecida, preliminar rejeitada, e, no mérito, não provida. (TJ-DF 07353520320238070001 1888154, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 04/07/2024, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 17/07/2024) APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. Mérito. Materialidade e autoria suficientemente demonstradas. Depoimentos coerentes dos policiais responsáveis pela prisão, corroborados por outras provas. Desclassificação para delito previsto no artigo 28 da Lei de Drogas. Inviável. Circunstâncias evidenciam a prática do tráfico. Dosimetria. Pena-base fixada no mínimo legal e reduzida em grau máximo diante da incidência do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas. Regime aberto e substituição da pena corporal por restritivas de direitos em consonância com a Súmula Vinculante 59 do STF. Nada por ser modificado, in casu. Recurso não provido. (TJ-SP – Apelação Criminal: 15006632120218260556 Itápolis, Relator: JOAO AUGUSTO GARCIA, Data de Julgamento: 12/07/2024, 5ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 12/07/2024) É importante destacar que, para a caracterização do crime de tráfico de drogas, não é necessário flagrar o agente no ato de comercialização. Trata-se de um tipo penal misto alternativo, que abrange diversas ações como transportar, trazer consigo, oferecer, entregar para consumo ou guardar substâncias proibidas sem autorização ou em desacordo com a legislação. Portanto, considerando a dinâmica dos acontecimentos e as circunstâncias materiais evidenciadas como o flagrante, a apreensão de equipamentos normalmente usados para pesagem garantindo uma dosagem correta para divisão dos entorpecentes a ser comercializado, fica claro o contexto de traficância em que os acusados estavam inseridos. Assim, diante do conjunto reunido nos autos, em especial os depoimentos harmônicos e coerentes dos policiais que efetuaram a diligência que resultou na apreensão das drogas que estavam sob depósito na casa habitada pelos recorrentes, revela-se forçosa a manutenção do édito condenatório. Pelo exposto, fica afastado o pleito

recursal de absolvição por insuficiência de provas, na forma do art. 386, inciso VII do CPP, mantendo-se a condenação. b) Da exclusão da pena de multa: Pugna a defesa dos recorrentes pela isenção do pagamento da pena de multa, aduzindo para tanto a hipossuficiência econômica dos réus em arcar com o valor estipulado na sentença. Inicialmente, destaca-se que a pena de multa possui, por escolha legislativa, natureza jurídica de sanção criminal, cuidando-se de preceito secundário do tipo penal, estipulada para determinados crimes previstos no Código Penal ou em legislação especial. Constituindo preceito secundário do tipo penal incriminador, previamente estabelecida pelo legislador, não pode o Judiciário deixar de aplicar a multa sob a justificativa de se tratar de réu hipossuficiente, uma vez que esta complementa a pena privativa de liberdade, tratando-se de reprimenda cumulativa, a ser fixada de maneira proporcional à reprimenda corporal. O não pagamento da pena de multa passa a constituir dívida de valor para com a Fazenda Pública, conforme disciplina o art. 51 do Código Penal, sendo defeso ao Poder Judiciário dispensar o pagamento, uma vez que a verba não lhe pertence. Na ocasião, transcrevo julgado do STJ sobre o tema: PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI N. 11.343/2006. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. PRIMEIRA E SEGUNDA FASES. SÚMULAS N. 283 E 284/STF. MINORANTE. RÉU REINCENTE. INAPLICABILIDADE. PENA DE MULTA. ISENÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 1. As instâncias de origem reconheceram a existência de elementos de prova suficientes para embasar o decreto condenatório, pela prática do crime de tráfico de drogas. Assim, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado, de modo a absolver ou desclassificar a conduta para o art. 28 da Lei n. 11.343/2006, exigiria o reexame das provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, uma vez que o Tribunal a quo é soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos (Súmulas n. 7/STJ e 279/STF). 2. As razões do recurso especial, quanto aos pedidos de abrandamento da pena-base e de afastamento da agravante, estão completamente dissociadas dos fundamentos declinados pela instância antecedente ao calcular a dosimetria da pena. Aplicação das Súmulas n. 283 e 284/STF. 3. "A reincidência impede a aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, porquanto um dos requisitos legais para a sua incidência é a primariedade do acusado" (HC n. 360.200/SC, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 1º/9/2016, DJe 6/9/2016). 4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não se admite a isenção da pena de multa prevista no preceito secundário da norma penal incriminadora, por falta de previsão legal. 5. Não há interesse recursal quanto ao pedido de recorrer em liberdade, em razão do deferimento desse direito na sentença condenatória. Explicitou o magistrado sentenciante que o réu respondeu em liberdade o processo e poderia assim permanecer até o trânsito em julgado da condenação. 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no AREsp n. 2.026.736/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 24/5/2022, DJe de 27/5/2022.) (grifo nosso) Registre-se, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça atento às peculiaridades da questão financeira dos condenados hipossuficientes consolidou o acertado entendimento no Tema 931 no sentido de que: "Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade." Percebe-se

que, malgrado haja um caminho jurisprudencial atento às mazelas que orbitam a condenação penal, não há, lado outro, a permissão de afastamento da pena de multa, conforme almeja a defesa, justamente por ensejar violação ao princípio da separação dos poderes e da legalidade. Neste sentido, diante do quanto fundamentado, não havendo fundamento jurídico que abarque a insurgência recursal, vota-se pelo não provimento do apelo, na parte conhecida, mantendo-se a sentença penal de origem em sua integralidade. Ex positis, acolhe esta Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia o voto pelo qual CONHECE PARCIALMENTE DAS APELAÇÕES E NEGA PROVIMENTO na parte conhecida. Salvador/BA, (data da assinatura eletrônica) Desa. Soraya Moradillo Pinto – 1ª Câmara Crime 2ª Turma Relatora